



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETUBAL

Realizada em 19 de fevereiro de 2025

N.º 05/2025

Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Miguel Catarino José (PS), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O senhor Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes Cruz (PS) esteve presente em substituição do senhor Vereador Vítor Manuel Ferreira Ramalho (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

A senhora Vereadora Graciete Maria da Conceição Vasco (PS) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 a 8.

O senhor Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 9 e 10.

O senhor Vereador José Manuel da Silva Lopes Pereira (PPD/PSD) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 11 a 13.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 14.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Deliberação n.º 93/2025 – Proposta n.º 08/2025 – GAP – Alteração ao Mapa de Pessoal de 2025 dos SMS – Criação de 8 postos de trabalho em várias carreiras/categorias – SMS**
 - 2. Deliberação n.º 94/2025 – Proposta n.º 09/2025 – GAP – “Renovação do Licenciamento SAP, para o triénio 2025-2028” - Delegação de Competências**

- no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS*
3. *Deliberação n.º 95/2025 – Proposta n.º 10/2025 – GAP – “Aquisição de viatura de recolha de resíduos urbanos com grua 6 x 2 de 26 toneladas” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS*
 4. *Deliberação n.º 96/2025 – Proposta n.º 16/2025 – DAF/DICONT – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 1.ª ao Orçamento da Despesa, 1.ª ao Plano de Atividades Municipal e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos*
 5. *Deliberação n.º 97/2025 – Proposta n.º 18/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito em Casal das Figueiras, na Rua Nicolau Tolentino, n.º 14, da Freguesia de São Julião, N. S. Anunciada e S. Maria da Graça, Setúbal*
 6. *Deliberação n.º 98/2025 – Proposta n.º 19/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Rua da Concha, lote 192, em Quinta do Meio, Praias do Sado, Setúbal*
 7. *Deliberação n.º 99/2025 – Proposta n.º 20/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 3, em Freguesia de São Sebastião, Setúbal*
 8. *Deliberação n.º 100/2025 – Proposta n.º 02/2025 – DASU/DISUR – Atualização da Estrutura Tarifária do Complexo Fúnebre de Setúbal*
 9. *Deliberação n.º 101/2025 – Proposta n.º 02/2025 – DEB/DIGEPE – Protocolo entre a Estrutura de Missão, no âmbito dos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2024 alterada pela RCM n.º 128/2024 e a Câmara Municipal de Setúbal*
 10. *Deliberação n.º 102/2025 – Proposta n.º 06/2025 – DOM – CPCC 12/2024/DOM – Empreitada de “Conceção-construção do Pavilhão Desportivo das Manteigadas” - Aprovação do projeto de execução*
 11. *Deliberação n.º 103/2025 – Proposta n.º 10/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Disrupção – Associação Cultural - 2025*
 12. *Deliberação n.º 104/2025 – Proposta n.º 11/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Experimentáculo, Associação Cultural - 2025*
 13. *Deliberação n.º 105/2025 – Proposta n.º 12/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração com a Associação Cultural Festroia no âmbito do Film Fest – Festival de Cinema Musicado ao Vivo*
 14. *Deliberação n.º 106/2025 – Proposta n.º 13/2025 – DCDJ/DIDES – Regulamento do Conselho Municipal de Desporto de Setúbal – Projeto de alteração*
 15. *Deliberação n.º 107/2025 – Proposta n.º 43/2025 – DURB – Alteração ao Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município de Setúbal*
 16. *Deliberação n.º 108/2025 – Proposta n.º 44/2025 – DURB/DIGU – Pedido de Alteração às especificações do alvará de licença de loteamento n.º 6/82 - Processo n.º 324/80*
 17. *Deliberação n.º 109/2025 – Proposta n.º 45/2025 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de reabilitação, alteração e ampliação de edifício - Processo n.º 54/23*



18. **Deliberação n.º 110/2025 – Proposta n.º 46/2025 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de “estacionamento autorizado”, nas ruas Humberto Modas Daniel e D. Maria Batista**
 19. **Deliberação n.º 111/2025 – Proposta n.º 47/2025 – DURB/GAPGPA – Projeto de Regulamento Municipal de Gestão das Atividades nas Zonas Balneares de Setúbal**
 20. **Deliberação n.º 112/2025 – Proposta n.º 48/2025 – DURB/GAPGPA – Renovação de protocolo e de atribuição de apoio financeiro para o projeto na área das Acessibilidades nas praias de Albarquel e Figueirinha – Projeto “Praias de Setúbal para Todos” 2025**
 21. **Deliberação n.º 113/2025 – Proposta n.º 17/2025 – DURB/DAF/DICONT/SERGEF – Hasta pública para alienação de prédio urbano, sito em Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 3, da União de Freguesias de Setúbal - RETIRADA**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 15;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS), conforme documento anexo registado sob o n.º 16;
- c) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 17;
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito da Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 18.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que a cidade dispunha, anteriormente, de diversos ringues desportivos distribuídos pelos bairros, os quais permitiam a prática de atividades físicas e desportivas. No entanto, em consequência da pandemia, alguns equipamentos, como balizas e tabelas de basquetebol, foram retirados com o intuito de evitar aglomerações, não tendo sido, até ao momento, repostos.

Acrescentou que, para além da ausência desses equipamentos, constatava-se uma degradação evidente do pavimento e das condições gerais de alguns desses espaços. Para ilustrar a situação, apresentou três exemplos concretos: os ringues localizados em Vanicelos, nas Amoreiras e em Vale do Cobro.

Neste contexto, questionou se o Município tinha prevista alguma intervenção para a recuperação desses espaços, que considerou fundamentais para a promoção da prática desportiva e para a dinâmica dos jovens residentes nos respetivos bairros. Perguntou, ainda,

se existia intenção de repor as balizas e as tabelas retiradas, bem como de proceder à reparação dos pavimentos, seja por iniciativa direta do Município ou em articulação com as juntas de freguesia competentes.

Sr. Vereador Paulo Calado – Referiu que a sua intervenção dizia respeito à situação financeira da autarquia, com base na análise da execução orçamental do terceiro trimestre do ano anterior. Destacou que, nessa altura, foi possível constatar a existência de uma dívida a fornecedores acumulada na ordem dos 30 milhões de euros, o que, na sua perspetiva, indicava que a autarquia estaria, em parte, a financiar-se através dessa dívida.

Neste sentido, questionou qual era a situação financeira da Câmara Municipal no fecho do exercício de 2024, ou, até ao final de janeiro, considerando que ainda se encontravam no mês de fevereiro. Solicitou, ainda, os documentos relativos à execução orçamental correspondente ao ano completo de 2024 e agradeceu caso lhe pudesse ser prestada alguma informação sobre o estado atual das finanças municipais.

Sr. Vereador Pedro Pina – Começou por referir que não tinha conseguido ouvir na totalidade a intervenção do Senhor Vereador Joel Marques, pelo que apresentava desde já o seu pedido de desculpas, solicitando que, caso a sua resposta não fosse objetiva em relação às questões colocadas, lhe fosse prestado o devido esclarecimento.

Indicou que, conforme a sua interpretação, a questão levantada pelo Senhor Vereador dizia respeito a um conjunto de espaços de utilização pública desportiva que, tendo sido requalificados em determinado momento – nomeadamente no âmbito da Cidade Europeia do Desporto, em 2016 – se encontravam atualmente com a sua utilização comprometida ou descaracterizada. Referiu, como exemplos, os espaços das Amoreiras, Vanicelos e Vale do Cobro, que haviam sido alvo de intervenção nesse contexto.

Contudo, assinalou que, entretanto, alguns desses espaços teriam perdido a função inicialmente pensada, sendo que, em grande parte dos casos, as razões que motivaram essa transformação estavam relacionadas com abaixo-assinados e reclamações por parte dos moradores, nomeadamente nos casos do Vale do Cobro e dos campos de basquetebol em Vanicelos.

Relativamente ao espaço polidesportivo de Vanicelos, informou que existia já uma preparação em curso para a reativação do processo de requalificação, uma vez que tinham, recentemente, recebido um abaixo-assinado em sentido contrário ao anterior, manifestando vontade da comunidade na sua recuperação.

Acrescentou que se tratava de uma matéria que considerava consensual e pouco polémica, uma vez que todos reconheciam que aqueles espaços haviam sido concebidos com determinadas premissas, próprias de uma época e de uma vivência social específica. Sublinhou que, embora alguns desses espaços ainda pudessem cumprir a sua função original, outros teriam de ser repensados à luz das dinâmicas e vivências atuais das comunidades.

Destacou, a título de exemplo, que no passado, os jovens utilizavam esses espaços de forma espontânea e em comunidade, sendo comum que os próprios pais os chamassem das janelas para as refeições. Atualmente, porém, essa configuração tinha-se alterado, e a utilização desses espaços, por vezes, não correspondia ao seu propósito inicial, o que gerava insatisfação por parte dos moradores.

Por fim, referiu que, no caso concreto do espaço das Amoreiras, existia anteriormente uma colaboração estreita com a APPACDM para a sua utilização e gestão, parceria essa que, entretanto, se tinha perdido.

Referiu que, relativamente aos dois espaços em particular - nomeadamente o de Vanicelos -, encontrava-se prevista uma ação de requalificação e a recolocação dos equipamentos desportivos, ressaltando, no entanto, que essa intervenção seria sempre realizada com cautela. Explicou que não faria sentido proceder à requalificação e adaptação do espaço para a prática desportiva se, logo na semana seguinte, surgissem manifestações por parte de moradores em sentido contrário à utilização proposta.

Acrescentou que os espaços de Vanicelos e das Amoreiras estavam já pensados e integrados em planos de requalificação.

No que dizia respeito ao espaço de Vale de Cobro, informou que a situação estava a ser analisada em articulação com a Junta de Freguesia, entidade também interessada no processo. Destacou que, tendo em conta as dimensões e características específicas daquele local, estavam a ser avaliadas as soluções mais adequadas para a sua requalificação e para a melhor utilização futura do espaço.

Sr. Presidente – Referiu que, relativamente à situação financeira da Câmara Municipal, o Senhor Vereador Paulo Calado dispunha, com regularidade, de informação atualizada sobre o estado das finanças da autarquia. Ainda assim, informou que seria disponibilizado o ponto de situação referente ao final do mês de janeiro ou, caso os serviços o conseguissem concluir atempadamente, até ao final do mês de fevereiro.

Indicou que, conforme compreendia, a preocupação principal manifestada pelo Senhor Vereador dizia respeito às dívidas a fornecedores, tema com o qual iniciou a sua intervenção. Salientou que essa não era uma situação nova na Câmara Municipal, mas que, ao longo do mandato em curso, haviam sido feitos esforços contínuos para a sua resolução, através da promoção de diversas negociações com os fornecedores, com o objetivo de avaliar e renegociar os respetivos pagamentos. Assegurou que a situação se encontrava, dentro do possível, controlada no que respeita às dívidas em atraso.

Reconheceu, no entanto, que sempre assumira a existência de uma situação financeira que exigia acompanhamento e gestão rigorosa. Recordou que, ao longo dos últimos três anos, vinha alertando os Senhores Vereadores para essa realidade, sublinhando que a Câmara Municipal deixara de arrecadar determinadas receitas, decisão essa tomada pela maioria ali presente.

Referiu, ainda, que a estimativa dos valores que deixaram de ser arrecadados - já anteriormente divulgada publicamente - apontava para um montante superior a 20 milhões de euros até ao final do ano de 2025. Sublinhou que esse valor, para uma autarquia como a de Setúbal, era substancial e permitiria resolver uma parte significativa das dívidas a fornecedores com prazos ultrapassados.

Concluiu referindo que esta situação era, em seu entender, do conhecimento geral, e reiterou que continuavam a chamar a atenção para a mesma. Felizmente, a atividade económica no concelho de Setúbal vinha demonstrando sinais de desenvolvimento, o que se traduzia numa evolução positiva da arrecadação de receitas. Nesse sentido, considerou que a situação financeira não era mais gravosa precisamente devido a esse fator.

Acrescentou que era do conhecimento geral que, no mandato em curso, a Câmara Municipal de Setúbal dispunha de uma capacidade de investimento sem precedentes, não havendo registo de tal nível de investimento em qualquer outro mandato anterior desde o 25 de Abril. Observou, em tom de suposição, que antes dessa data a situação seria ainda mais limitada, razão pela qual a referência se centrava no período posterior à Revolução de Abril, momento a partir do qual se consolidou o poder local democrático.

Esclareceu que uma parte significativa desse investimento estava associada a candidaturas apresentadas pela Câmara Municipal, as quais, na sua grande maioria, haviam sido aprovadas com sucesso. Referiu que os investimentos em causa rondavam os 190 a 200 milhões de euros, o que considerou uma capacidade de investimento extraordinária.

Lembrou que, embora por vezes se dissesse que tais candidaturas eram financiadas a 100%, era sabido que tal não correspondia à realidade. Explicou que a Câmara Municipal assumia uma comparticipação financeira nesses projetos, variando essa contribuição consoante a candidatura - nalguns casos com valores mais elevados, noutros com valores mais reduzidos. Indicou que, em termos médios, a comparticipação da autarquia nesses investimentos rondava entre os 20% e os 30%, a ser suportada pelo Orçamento Municipal.

Nesse contexto, referiu que tais compromissos financeiros contribuíam também para as dificuldades da situação financeira da Câmara, nomeadamente no que respeita ao montante de dívidas a fornecedores com pagamentos em atraso. Ainda assim, reiterou que existia um

controlo efetivo sobre a situação financeira, embora não deixassem de reconhecer as causas que a originavam.

Relativamente ao requerimento apresentado, informou que os serviços competentes fariam chegar ao Senhor Vereador o ponto de situação financeira da Câmara Municipal, conforme solicitado.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que, apesar de inicialmente ter manifestado a intenção de não intervir antes da passagem à ordem de trabalhos, não poderia deixar de o fazer, por considerar necessário assegurar o contraditório relativamente às declarações anteriormente proferidas.

Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que este vinha, reiteradamente, chamando a atenção da Câmara Municipal e dos Senhores Vereadores, atribuindo a responsabilidade da atual situação financeira ao facto de a autarquia ter adotado medidas que permitiram devolver rendimento disponível às famílias setubalenses, nomeadamente através da redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). No entanto, considerou que, nessa crítica ou autocrítica, o Senhor Presidente omitia qualquer referência à gestão da CDU nos últimos anos.

Apontou que, durante o mandato de 2017 a 2021, a Câmara Municipal de Setúbal pagou, em juros de mora, um total de três milhões e quinhentos mil euros, facto sobre o qual o Senhor Presidente não teceu quaisquer considerações.

Referiu ainda que a Câmara Municipal adquiriu o edifício do IMAPARK, pelo valor de cinco milhões de euros, edifício esse que, na sua ótica, e aos olhos dos munícipes, se encontrava em completo estado de abandono, sem projeto nem objetivo definido, e relativamente ao qual também não foi feita qualquer referência por parte do Senhor Presidente.

Mencionou igualmente a aquisição da Praça de Touros, por mais alguns milhões de euros, equipamento que considerou igualmente ao abandono, tal como outros imóveis adquiridos durante a gestão da CDU naquela autarquia. Acrescentou que vários desses edifícios, atualmente propriedade municipal, se encontravam devolutos, degradados e sem utilização, sendo que, sobre essa realidade, o Senhor Presidente também se abstinha de comentar.

Acusou ainda o Senhor Presidente de transferir responsabilidades para terceiros, sem assumir a sua própria quota-parte, e afirmou que existia um descontrolo financeiro evidente, diretamente relacionado com a forma como a CDU, liderada por Maria das Dores Meira e, posteriormente, por André Martins, geriu a Câmara Municipal de Setúbal nos últimos 15 a 17 anos. Concluiu afirmando que essa realidade era inegável, mas que, ainda assim, o Senhor Presidente nada dizia, preferindo atribuir responsabilidades a outros.

Sr. Vereador Paulo Calado – Afirmou que não reconheciam, de forma alguma, qualquer responsabilidade pela gestão da CDU na Câmara Municipal de Setúbal, quer tivesse sido conduzida por Carlos Sousa, Maria das Dores Meira ou André Martins. Ao longo de cerca de 22 anos, as suas intervenções visaram sempre a aprovação das suas propostas naquela Câmara e na Assembleia Municipal, bem como a concretização do respetivo programa eleitoral, apresentado a cada ato eleitoral autárquico, na medida do possível.

Contudo, considerou importante recordar que, apesar da redução de impostos ocorrida no atual mandato - nomeadamente a redução do IMI, a aplicação do IMI Familiar, a criação do IMT Jovem e a redução do próprio IMT -, verificou-se, ainda assim, um aumento da receita municipal proveniente desses mesmos impostos. Tal crescimento, segundo referiu, poderia estar relacionado com o dinamismo da atividade económica, com o aumento da compra e venda de imóveis ou com outras razões, mas o facto era que as receitas fiscais tinham aumentado.

Sublinhou, por isso, que a questão principal que motivara a sua intervenção inicial, e a pergunta colocada, dizia respeito à constatação de que a Câmara Municipal se encontrava, em parte, a financiar-se através do aumento da dívida a fornecedores. Manifestou, assim, preocupação com o montante dessa dívida e reiterou que essa era a base da sua intervenção.

Afirmou ser importante que a situação fosse devidamente esclarecida, considerando que os dados globais estariam certamente disponíveis e que o Senhor Presidente teria facilidade em consultá-los, tanto mais que se encontrava presente na reunião o Diretor Financeiro da Câmara Municipal. Nesse sentido, reiterou a necessidade de ser esclarecido, com exatidão, se a dívida a fornecedores, no final do ano de 2024 ou até ao final do mês de janeiro do corrente ano, tinha diminuído, mantendo-se ou, eventualmente, aumentado - sendo esse último cenário algo que esperavam não se ter verificado.

Salientou que essa era, em essência, a razão da pergunta inicial formulada, não se tratando de um exercício de atribuição de responsabilidades, uma vez que, na sua perspetiva, tais responsabilidades estavam claramente identificadas. Afirmou que a responsabilidade pela situação financeira da Câmara era da CDU, ao longo dos anos em que governou o município, através dos três protagonistas que encabeçaram as respetivas listas eleitorais. Concluiu reforçando essa ideia com uma referência cultural: *“como dizia o filme: não nos esquecemos do que se passou no verão passado”*.

Sr. Presidente – O Senhor Presidente referiu que não se iria alongar sobre algumas das orientações dadas à intervenção anterior, considerando que os Senhores Vereadores se encontravam em campanha eleitoral, ao passo que ele ainda não se encontrava nessa condição, razão pela qual optava por não entrar nesse tipo de questões.

Sublinhou que o tema em discussão era sério, referindo-se concretamente à situação financeira da Câmara Municipal, e que, enquanto Presidente da autarquia e titular do pelouro das Finanças, assumia a responsabilidade pelo que se tinha verificado ao longo do mandato em curso.

Recordou que aquela não era a primeira vez que se abordavam esses assuntos em sede de reunião camarária, e distinguiu entre aquilo que são os compromissos de um programa eleitoral - como, por exemplo, a descida de impostos - e a responsabilidade pela gestão concreta da situação financeira da Câmara Municipal de Setúbal.

Concluiu afirmando que não se podia assumir a postura de ignorar a realidade financeira da autarquia apenas com base na lógica de que *“e o resto não interessa, porque quem tinha a presidência é a CDU e, portanto, como fica a situação financeira não importa, porque o que eu quero é cumprir aquilo que foi a minha campanha eleitoral”*, salientando que tal posição seria irresponsável.

Referiu que caberia aos setubalenses e aos azeitonenses fazer a sua avaliação da situação, mas considerava que a postura assumida anteriormente configurava uma grande irresponsabilidade. Reconheceu que era legítimo ter como objetivo político a redução ou até a eliminação de determinados impostos, afirmando: *“tudo bem, até sou capaz de subscrever essas propostas”*.

Lembrou, no entanto, que, como era do conhecimento geral, as forças políticas que integram a CDU haviam, ao longo dos anos, apresentado várias propostas nesse sentido. Questionou qual tinha sido, de forma recorrente, a posição das forças políticas representadas pelos partidos PSD e PS perante essas propostas, salientando que, na sua opinião, o local adequado para a discussão e decisão sobre impostos era a Assembleia da República. Acrescentou que o comportamento do PS e do PSD, nessas votações, era sempre o mesmo: votar contra as propostas apresentadas pelas forças que compõem a CDU com vista à redução da carga fiscal.

Referiu que a questão central residia no facto de, quando se propunha a redução de impostos na Assembleia da República, o Estado Central assumir essas responsabilidades, incluindo as transferências que eram devidas aos municípios. Nessa condição, afirmou, quando os partidos em questão estavam no poder a nível nacional, não aceitavam a redução dos impostos, precisamente porque implicaria uma diminuição das receitas do Estado Central.

Contudo, quando se tratava das autarquias - e, em particular, quando esses partidos não exerciam o poder a nível local -, adotavam, segundo o seu entendimento, uma posição de grande irresponsabilidade, demonstrando não se preocuparem com a situação financeira concreta de cada município, como era o caso da Câmara Municipal de Setúbal.

Acrescentou que, ao juntarem forças, conseguiam formar uma maioria com o objetivo de reduzir as receitas do município, sem atender às consequências dessa decisão na gestão autárquica.

Concluiu afirmando que aquela era a realidade com a qual tinham de gerir. Contudo, sublinhou que não podiam ser acusados de não terem alertado atempadamente para a situação, uma vez que as contas da autarquia eram públicas e os Senhores Vereadores tinham, com regularidade, acesso à sua evolução.

Assim, se tinham conhecimento da evolução da situação financeira, também partilhavam, na sua perspetiva, a responsabilidade pelo seu agravamento. Reforçou que os dados eram públicos e que se encontravam a falar de dezenas de candidaturas aprovadas, que representavam um volume de investimento entre 190 e 200 milhões de euros para o concelho de Setúbal. Uma parte significativa dessas candidaturas era financiada pelo Orçamento Municipal.

Considerou, por isso, que a posição assumida pelos Senhores Vereadores era irresponsável, mas expressou confiança de que os setubalenses e os azeitonenses, como sempre tinham feito, saberiam avaliar esse comportamento.

Referiu que gostaria que houvesse um entendimento quanto a uma questão que, embora aparentemente menor, considerava relevante. Observou que o Senhor Vereador Paulo Calado, ao referir-se à gestão da CDU na Câmara Municipal de Setúbal, indicava que esta se tinha prolongado por 22 anos, enquanto o Senhor Vereador Fernando José mencionava um período de 15 ou 16 anos. Nesse sentido, sugeriu que os Senhores Vereadores se entendessem quanto à duração efetiva dessa gestão.

Sr. Vereador Fernando José – Afirmou compreender a preocupação do Senhor Presidente com a questão do tempo, observando que este estava a esgotar-se. Referiu que gostaria que o Senhor Presidente se entendesse consigo próprio e que clarificasse, de forma inequívoca, de quem era, afinal, a responsabilidade pela situação da dívida descontrolada da Câmara Municipal.

Recordou que, no dia 22 de abril de 2021, a sua antecessora, com quem o Senhor Presidente havia caminhado “*de mão dada*” durante a campanha com o lema “*Continuar Setúbal*”, concedera uma entrevista ao jornal *O Setubalense*, onde afirmava que deixaria para o mandato de 2021/2025 um ativo de 500 milhões de euros, além de obra feita e dívida paga. Quando questionada, nessa mesma entrevista, sobre o valor da dívida, a sua antecessora indicara que esta era de “vinte e tal milhões de euros”.

Concluiu dirigindo uma pergunta direta ao Senhor Presidente: se o descontrolo da dívida, verificado naquele momento, era da sua responsabilidade enquanto Presidente de Câmara no atual mandato.

Referiu que, da declaração proferida pela anterior Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, em entrevista publicada no jornal *O Setubalense* em 22 de abril de 2021, se depreendia que o descontrolo de tesouraria da autarquia não resultaria da descida do IMI ou da devolução de rendimento disponível às famílias.

Nesse sentido, solicitou ao Senhor Presidente que clarificasse se a dívida herdada em 2021 correspondia efetivamente ao valor indicado pela sua antecessora - “vinte e tal milhões de euros” -, conforme afirmado nessa mesma entrevista, disponível para consulta pública.

Recordou ainda que tal afirmação foi feita após a autarquia ter recebido, em maio de 2021, um montante superior a quatro milhões de euros, no âmbito da assinatura de um contrato de concessão por 40 anos, associado a um aumento de 500% no estacionamento tarifado. Saliu que, até ao momento, ainda não tinha sido prestado esclarecimento relativamente ao destino desse montante nem aos investimentos realizados com o mesmo.

Concluiu reiterando que, de acordo com a referida entrevista, teria sido deixado um ativo de 500 milhões de euros, com obra feita e dívida paga, pelo que aguardava uma resposta concreta do Senhor Presidente sobre a real situação financeira herdada no início do atual mandato.



Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que face à dúvida que parecia subsistir, que as eleições autárquicas ganhas pela CDU ocorreram, salvo erro, no dia 16 de dezembro de 2001. Referiu tratar-se de uma data memorável, assinalando que, nesse mesmo dia, o então Primeiro-Ministro em funções anunciou a sua demissão após ter identificado a existência de um “pântano” no país.

Acrescentou que, considerando a data das eleições, não incluía o ano de 2001 na contagem dos mandatos, uma vez que a posse da nova gestão municipal teria ocorrido apenas no final desse ano ou início de 2002. Nesse sentido, ao contabilizar os mandatos de quatro em quatro anos, considerava que no final de 2024 se completariam 23 anos de governação efetiva da CDU à frente da Câmara Municipal de Setúbal, sendo que, no final do ano seguinte, perfazeriam 24 anos.

Recordou ainda que esteve presente em todos esses mandatos, sublinhando que, no primeiro, também desempenhou funções como Vereador. Concluiu afirmando que, embora a dúvida parecesse residir nas bancadas do Partido Socialista, da parte da CDU não havia qualquer dúvida de que assumiam responsabilidades executivas na autarquia desde, pelo menos, o início de 2002.

Referiu que a principal preocupação residia no facto de, tal como no final do ano de 2001 a situação financeira da Câmara Municipal de Setúbal já era motivo de preocupação, atualmente se verificava um cenário semelhante, ainda que, esperava-se, não com a mesma dimensão. Sublinhou que era precisamente essa a chamada de atenção que pretendiam deixar.

Esclareceu que esta posição se tratava de uma chamada de atenção de natureza política, desvinculada de qualquer contexto de campanha eleitoral, sendo coerente com o que tinham vindo a afirmar ao longo de todo o mandato.

Considerou ainda que, em termos de esclarecimento, mesmo para quem os acompanhava e não compreendesse em detalhe todas as questões abordadas, no essencial ficaria claro quais tinham sido as preocupações apresentadas pela sua força política, pelo Partido Socialista, bem como os argumentos apresentados pelo Senhor Presidente da Câmara.

Referiu que pretendia colocar uma outra questão, relacionada com o recente sismo que se fez sentir em Portugal. Nesse contexto, e tendo em consideração as intervenções que têm vindo a ser realizadas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), questionou se estava, ou não, a ser cumprida a legislação aplicável, nomeadamente no que respeita à obrigatoriedade de elaboração de um relatório de avaliação da vulnerabilidade sísmica dos edifícios e locais intervencionados.

Sr. Presidente – Esclareceu que, como era do conhecimento de todos, tanto em Setúbal como em outras localidades do território, existiam edifícios que não estavam em condições de resistir a determinados tipos de sismos e eventos dessa natureza. Felizmente, os sismos que ocorreram até aquele momento não tiveram impactos graves no território. Relativamente à questão da vulnerabilidade sísmica, afirmou que a Câmara Municipal, através dos serviços de bombeiros e da proteção civil, participava ativamente em conjunto com instituições internacionais que investigavam na área da proteção e prevenção de acidentes, nomeadamente na área da sismologia.

Além disso, informou que a Câmara Municipal já havia realizado um levantamento das situações de maior fragilidade no território, trabalho este que estava em curso há vários anos. No entanto, destacou que, conforme o tempo passava, surgiam novas situações de fragilidade no edificado. Neste momento, o levantamento estava atualizado e as áreas mais vulneráveis, relativamente aos riscos sísmicos, estavam devidamente identificadas.

Esclareceu que nunca havia falado em “descontrolo” das contas da Câmara Municipal. Atribuiu a responsabilidade pelas referências a um eventual descontrolo financeiro às intervenções dos outros vereadores. Reafirmou que sempre reconheceu que a situação financeira da Câmara era difícil, um ponto que tinha destacado desde o início do seu mandato. Acrescentou ainda que os vereadores tinham acesso à totalidade da informação financeira da Câmara Municipal, a qual estava disponível para consulta, seja por

requerimento ou por ocasião da apresentação das contas, que eram públicas e auditadas. Enfatizou que nada era ocultado e que, frequentemente, algumas intervenções pareciam sugerir que as contas estivessem escondidas, o que não correspondia à realidade.

Reiterou que as contas da Câmara Municipal eram públicas e auditadas, com a presença de auditores e empresas contratadas para realizar a auditoria das contas da Câmara Municipal de Setúbal. Salientou que tentar ignorar esses aspetos e usá-los em campanhas eleitorais ou políticas era algo que atribuía responsabilidade a quem assim procedesse. Considerou essa prática uma forma de tentar enganar os setubalenses e os azeitonenses, e garantiu que, da parte da sua equipa, estariam sempre dispostos a denunciar esse tipo de comportamento.

Reiterou, mais uma vez, que nunca tinha falado em descontrolo das contas da Câmara Municipal, mas sempre em uma situação financeira difícil. Recordou que, no final de 2022, haviam recebido a garantia bancária da concessionária das águas, no valor de doze milhões e meio de euros, e que, em vez de investir esse valor, decidiram, como bem sabiam os presentes, utilizá-lo para pagar fornecedores. Considerou que essa decisão beneficiava e prestigiava o nome da Câmara Municipal junto aos agentes económicos e à sociedade em geral.

Ainda sobre o tema, destacou que, a partir dessa data, os representantes do PS e do PSD tinham-se entendido de forma consecutiva para reduzir as receitas da Câmara Municipal. Avaliou que, ao final de 2025, essa redução de receitas representaria um valor superior a 20 milhões de euros. Para ele, isso implicava que alguém deveria assumir a responsabilidade pelas dificuldades financeiras enfrentadas pela Câmara Municipal. Foi esse o ponto que desejou destacar.

Sr. Vereador José Pereira – Apresentou a seguinte saudação, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 19.

“Saudação

Associação de Ténis de Mesa de Setúbal

A Associação de Ténis de Mesa de Setúbal celebra mais um ano de dedicação ao desporto e à comunidade, reafirmando o seu papel essencial na promoção e desenvolvimento desta modalidade na região. Desde a sua fundação, em 1944, a associação tem trabalhado ativamente para garantir as melhores condições aos atletas e clubes, incentivando o crescimento da modalidade e fomentando a participação desportiva.

Com um compromisso com a igualdade de oportunidades e o espírito desportivo, a Associação de Ténis de Mesa de Setúbal tem sido um pilar fundamental no incentivo à prática da modalidade, promovendo valores como o fair play, o respeito e a superação. O seu trabalho tem permitido que gerações de atletas encontrem no ténis de mesa não apenas um desporto, mas uma verdadeira escola de disciplina e perseverança.

O impacto desta associação vai além da vertente competitiva, contribuindo para a inclusão social e para a formação de jovens e adultos através do desporto. Graças ao esforço contínuo dos seus dirigentes, treinadores e atletas, o ténis de mesa em Setúbal tem crescido e consolidado a sua presença no panorama desportivo regional e nacional.

Neste aniversário, os vereadores do PSD Setúbal expressam o seu reconhecimento pelo trabalho notável desenvolvido ao longo dos anos. Que a Associação de Ténis de Mesa de Setúbal continue a ser um exemplo de dedicação e excelência, e a inspirar as futuras gerações de atletas setubalenses”.

Sra. Vereadora Graciete Vasco – Apresentou a seguinte saudação, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 20.



“Saudação

Aniversário da Associação de Ténis de Mesa de Setúbal

Fundada em 1944, a Associação de Ténis de Mesa de Setúbal assinalou, no dia 14 de fevereiro, o seu 81.º aniversário.

Ao longo de mais de oito décadas, a Associação tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento modalidade de ténis de mesa no concelho e distrito de Setúbal, prestando apoio técnico e logístico a atletas e clubes, dinamizando competições e incentivando a formação desportiva desde as camadas jovens até aos escalões seniores. Através do fomento da prática desportiva, tem também sido um verdadeiro agente dinamizador e transformador do tecido social.

Atuando com base nos valores do fair play, da ética desportiva e da igualdade, tem cooperado estreitamente como o movimento associativo e com o poder local, contribuindo ativamente para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações. Desta forma, o seu trabalho reflete a importância do desporto não apenas como atividade competitiva, mas também como um fator de coesão social e territorial.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Ténis de Mesa de Setúbal, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, reconhecendo o contributo inestimável do movimento associativo para a construção de comunidades coesas, ativas, inclusivas e solidárias. Fazem ainda votos de continuação do excelente trabalho”.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1. Deliberação n.º 93/2025 – Proposta n.º 08/2025 – GAP – Alteração ao Mapa de Pessoal de 2025 dos SMS – Criação de 8 postos de trabalho em várias carreiras/categorias – SMS**


O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 e 22, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

- 2. Deliberação n.º 94/2025 – Proposta n.º 09/2025 – GAP – “Renovação do Licenciamento SAP, para o triénio 2025-2028” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 23 e 24, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



3. Deliberação n.º 95/2025 – Proposta n.º 10/2025 – GAP – “Aquisição de viatura de recolha de resíduos urbanos com grua 6 x 2 de 26 toneladas” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 e 26, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 96/2025 – Proposta n.º 16/2025 – DAF/DICONT – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 1.ª ao Orçamento da Despesa, 1.ª ao Plano de Atividades Municipal e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 a 31.

Sr. Vereador Fernando José – Informou que os vereadores do PS se absteriam na proposta, o que, segundo ele, refletia o contrário da argumentação apresentada pelo Senhor Presidente. Afirmou que o Senhor Presidente, ao longo do tempo, havia justificado o chumbo do orçamento como uma razão para a Câmara Municipal de Setúbal não conseguir continuar a realizar investimentos ou apoiar o movimento associativo, e que outras dificuldades ou faltas de apoios também haviam sido atribuídas a este fator. No entanto, destacou que todas as propostas haviam sido viabilizadas e continuariam a ser viabilizadas, e, portanto, a Câmara Municipal não ficava impedida de continuar a sua atividade normal por causa do chumbo do orçamento.

Mencionou que a fundamentação utilizada pelo Senhor Presidente caía por terra, como se costumava dizer, *“em saco roto”*, uma vez que o Senhor Presidente acusava a oposição pela descida do IMI em Setúbal, mas questionou o Senhor Presidente sobre o seu voto, e o voto dos vereadores da CDU, na proposta de IMI para 2025, e também na proposta para 2024, nem sequer tinha sido abstenção, lembrou que, em ambas as propostas, os vereadores e o Senhor Presidente tinham votado a favor, e portanto, se existia responsabilidade, ela era compartilhada por todos. Enfatizou que essa era uma responsabilidade positiva, pois tratava-se de uma responsabilidade de devolver rendimento disponível aos setubalenses.

Sr. Presidente – Declarou que não sabia se o senhor Vereador agia de forma deliberada ou por desconhecimento, admitindo que poderia tratar-se de uma das duas hipóteses. Explicou que, ao afirmar que não obstaculizava o processo de desenvolvimento dos investimentos, o senhor Vereador, na verdade, contrariava tal declaração, uma vez que havia votado contra o orçamento para o ano de 2025. Acrescentou que, por esse motivo, a proposta em questão estava ali presente e seria remetida à Assembleia Municipal para apreciação no dia 28. Caso fosse aprovada, só poderia produzir efeitos durante o mês de março.

Destacou, ainda, que isso implicava um atraso mínimo de dois meses nos processos de investimento, decorrente do voto contrário do senhor Vereador ao orçamento em dezembro. Nesse contexto, afirmou: *“Compreende, senhor Vereador? Ou é ignorância, ou o senhor pretende enganar-nos a todos. Isso não é admissível; tem de ter outra forma de estar, outro comportamento”*.

Referiu que essa era uma tentativa recorrente do senhor Vereador de iludir os cidadãos de Setúbal, e até os próprios membros daquele órgão, embora reconhecesse que, naquele espaço, tal estratégia não teria sucesso. Ressaltou, contudo, que junto dos cidadãos setubalenses e azeitonenses menos atentos, intervenções desse tipo poderiam configurar

uma forma de manipulação da opinião pública, razão pela qual consideravam essencial fazer essa denúncia.

Sr. Vereador Fernando José – Afirmou que o senhor Presidente persistia em adotar uma postura marcada pela falta de urbanidade e de educação, o que, segundo ele, refletia o seu modo de agir - não a sua. Acrescentou que recorrer à expressão "*ignorância*" ou acusar alguém de tentar enganar os setubalenses era particularmente grave, vindo de quem, durante anos, anunciara investimentos como a nova biblioteca, a cidade do conhecimento, o projeto Macau Legend ou o wake park - projetos esses que, conforme salientou, jamais se concretizaram.

Nesse sentido, considerou que tais promessas, que nunca se materializaram, é que efetivamente tinham iludido os cidadãos de Setúbal. Disse ainda que era preciso ter pouca-vergonha para, após esse histórico, proferir a intervenção que o senhor Presidente acabara de fazer. Por isso, afirmou que não admitia o tipo de adjetivação utilizada em relação à questão da ignorância, reiterando que os acontecimentos dos últimos dias evidenciavam claramente o percurso do senhor Presidente.

Concluiu dizendo que os setubalenses "*conhecem-no a si, conhecem-me a mim*" e expressou a expectativa de que, em 2025, tal conhecimento viesse a ser reconhecido e refletido de forma clara no voto popular.

Sr. Presidente – Referiu que o tema em discussão era o orçamento, mais concretamente uma proposta de alteração ao mesmo. Assinalou que o senhor Vereador afirmava estar presente para viabilizar essa proposta, apesar de ter contribuído para a sua inviabilização em dezembro. Explicou que, devido à não aprovação do orçamento para 2025, os investimentos que não dispunham de dotação financeira prevista no orçamento de 2024 ficavam, naturalmente, comprometidos, originando um arrastamento nos processos de investimento e nos pagamentos às empresas, com um atraso superior a dois meses. Reforçou que era exatamente disso que se tratava: estavam a falar de orçamento.

Sr. Vereador Fernando José – Comentou que referir um alegado arrastamento de dois meses no pagamento a empresas era, no mínimo, incongruente, considerando que havia empresas com faturas pendentes há mais de seis meses, dez meses ou até doze meses por parte da Câmara Municipal de Setúbal. Concluiu afirmando: "*Desculpe que lhe diga, senhor Presidente, é mesmo não ter vergonha.*"

Sr. Presidente – Afirmou que o senhor Vereador continuava a tentar enganar os demais vereadores, bem como os cidadãos setubalenses e azeitonenses, através daquele tipo de intervenções. Considerou grave a tentativa de iludir não apenas os membros da vereação, mas também todos os que acompanhavam os trabalhos.

Acrescentou que estavam a tratar de investimentos que se encontravam em curso, ou em processo de desenvolvimento, e cujo andamento se via atrasado em, pelo menos, dois meses e meio - período decorrido desde o mês de dezembro até que o procedimento pudesse ser aprovado pela Câmara e posteriormente pela Assembleia Municipal, permitindo, então, a introdução dos dados nos sistemas informáticos e a respetiva regularização da situação. Reforçou que se tratava de um atraso real de dois meses e meio, do qual todos tinham pleno conhecimento.

Acusou o senhor Vereador de o levar a dizer coisas que nem pretendia referir inicialmente, salientando, no entanto, que o senhor Vereador sabia perfeitamente que estavam a falar de um montante na ordem dos 150 milhões de euros provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Recordou que o prazo de execução do PRR terminava em junho de 2026 e que tal atraso colocava esses investimentos em risco.

Concluiu que essa era, inequivocamente, a responsabilidade que o senhor Vereador tinha de assumir, por ter votado contra o orçamento, comprometendo assim o cumprimento dos prazos estabelecidos.

Solicitou ao senhor Vereador que se abstinhasse de voltar a afirmar que era uma figura dotada de candura e transparência, qualidades que não lhe eram reconhecidas. Considerou inadmissível que tivesse o desplante de ali declarar: “*nós até estamos aqui para viabilizar estas propostas*”. Acrescentou que, por vezes, seria preferível que o senhor Vereador não o levasse a intervir.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

5. Deliberação n.º 97/2025 – Proposta n.º 18/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito em Casal das Figueiras, na Rua Nicolau Tolentino, n.º 14, da Freguesia de São Julião, N. S. Anunciada e S. Maria da Graça, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 32, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 98/2025 – Proposta n.º 19/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Rua da Concha, lote 192, em Quinta do Meio, Praias do Sado, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 99/2025 – Proposta n.º 20/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 3, em Freguesia de São Sebastião, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 100/2025 – Proposta n.º 02/2025 – DASU/DISUR – Atualização da Estrutura Tarifária do Complexo Fúnebre de Setúbal

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 35 e 36, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.



9. Deliberação n.º 101/2025 – Proposta n.º 02/2025 – DEB/DIGEPE – Protocolo entre a Estrutura de Missão, no âmbito dos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2024 alterada pela RCM n.º 128/2024 e a Câmara Municipal de Setúbal

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 37 e 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 102/2025 – Proposta n.º 06/2025 – DOM – CPCC 12/2024/DOM – Empreitada de “Conceção-construção do Pavilhão Desportivo das Manteigadas” - Aprovação do projeto de execução

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 39 e 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

11. Deliberação n.º 103/2025 – Proposta n.º 10/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Disrupção – Associação Cultural - 2025

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 a 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 104/2025 – Proposta n.º 11/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Experimentáculo, Associação Cultural – 2025

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 44 a 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 105/2025 – Proposta n.º 12/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração com a Associação Cultural Festroia no âmbito do Film Fest – Festival de Cinema Musicado ao Vivo

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 47 e 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.



O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 106/2025 – Proposta n.º 13/2025 – DCDJ/DIDES – Regulamento do Conselho Municipal de Desporto de Setúbal – Projeto de alteração

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 49 a 52.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Informou que a sua bancada havia parabenizado a apresentação da proposta, considerando que esta fora feita de forma muito correta. Destacou que, sem o documento Anexo 3, a análise da proposta teria sido significativamente mais difícil.

Manifestou o acordo da sua bancada quanto às alterações propostas, uma vez que havia conceitos cuja correção se considerava importante.

Referiu, ainda, a existência de pequenas incorreções a retificar: na página 2, no ponto 1.4, sugeriu que fosse corrigida a expressão para “*pelas forças políticas com assento na Assembleia Municipal*”; e, na página 3, no ponto 1.11, indicou que onde se lia “*Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo*” deveria ler-se “*Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo*”.

Sr. Vereador Pedro Pina – No âmbito da discussão realizada no quadro do Conselho Municipal de Desporto, destacou duas matérias que considerou particularmente relevantes, entre outras que também mereciam atenção. A primeira dizia respeito à integração da ACCSet na constituição do referido Conselho Municipal. A segunda prendia-se com a possibilidade de inclusão de figuras e personalidades ligadas à prática desportiva, cuja participação poderia contribuir significativamente para o enriquecimento do debate e para a valorização do próprio organismo.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 107/2025 – Proposta n.º 43/2025 – DURB – Alteração ao Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município de Setúbal

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 53 e 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 108/2025 – Proposta n.º 44/2025 – DURB/DIGU – Pedido de Alteração às especificações do alvará de licença de loteamento n.º 6/82 - Processo n.º 324/80

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 55, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



17. Deliberação n.º 109/2025 – Proposta n.º 45/2025 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de reabilitação, alteração e ampliação de edifício - Processo n.º 54/23

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 110/2025 – Proposta n.º 46/2025 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de “estacionamento autorizado”, nas ruas Humberto Modas Daniel e D. Maria Batista

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 57 a 59.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Informou que, a pedido da União de Futebol Comércio e Indústria, fora distribuído, previamente à reunião, um novo documento destinado a substituir a proposta anteriormente divulgada pelos serviços, referente à realocação de quatro lugares de estacionamento. Solicitou que fosse considerado, para esse efeito, o Anexo 2 como substitutivo da proposta inicial.

Sr. vereador Nuno Cruz – Questionou se se confirmava a existência de lugares de estacionamento reservados à utilização do Campo do Comércio. Caso tal se viesse a verificar, alertou para uma eventual alteração de paradigma, na medida em que os lugares passariam a estar permanentemente afetos à instituição aos sábados à tarde e aos domingos, das 9h às 19h.

Tendo conhecimento da existência de um regulamento da Federação que impunha a reserva de um determinado número de lugares, informou também que a Associação de Futebol de Setúbal dispunha de regulamentos próprios, exigindo um conjunto de procedimentos por parte dos clubes envolvidos em competições. Considerando que, aos sábados de manhã, decorriam jogos com a participação de dezenas de crianças, sugeriu que o horário de reserva ao sábado fosse alargado, passando a vigorar das 9h às 19h.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Relativamente aos lugares reservados para a União de Futebol Comércio e Indústria, mencionou que não tinha certeza sobre a informação, mas que poderia recolher os dados necessários e apresentá-los em uma reunião futura da Câmara. Ressaltou que a solicitação em questão correspondia a um pedido expresso da União de Futebol Comércio e Indústria, garantindo que todas as exigências seriam devidamente cumpridas. Na resposta ao requerimento e de acordo com o que lhes havia sido solicitado, a reserva de lugares destinava-se, especificamente, aos árbitros e aos autocarros que transportavam a equipa adversária, permitindo-lhes a utilização das instalações, com a devida salvaguarda dos lugares dentro daquele horário restrito.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Afirmou que era importante que os serviços confirmassem a questão relacionada aos lugares reservados. Esclareceu que, embora a instituição estivesse a solicitar o uso dos lugares para os jogos da Federação, isso não significava que não houvesse outras necessidades e que a Câmara Municipal não pudesse decidir de outra forma, desde que fosse mais vantajoso para o clube.

Destacou que tinha a certeza de que os representantes do clube confirmariam a disponibilidade de lugares aos sábados de manhã, uma vez que nunca haviam menos de três jogos nesse período. Apontou a necessidade de garantir estacionamento para as equipas de arbitragem e para os elementos das equipas técnicas. Explicou que não se tratava de um

simples desejo do clube, mas de uma exigência da Federação. Por fim, sugeriu que seria interessante premiar o clube, permitindo o acesso àqueles lugares aos sábados de manhã, salientando que a autarquia não sairia penalizada e o clube ficaria a beneficiar.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Informou ao senhor Vereador que a proposta em apreciação refletia o pedido apresentado pelo clube, atendendo às necessidades manifestadas pela instituição. Acrescentou que não via motivos para ir além das necessidades que o clube havia apresentado, esclarecendo que essas necessidades estavam devidamente salvaguardadas com a proposta em questão.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Nuno Cruz que a senhora Vereadora Rita Carvalho já havia prestado esclarecimentos suficientes, demonstrando que o Município estava a dar resposta ao pedido do clube. Sublinhou ainda que, caso surgissem outras necessidades no futuro, estas poderiam ser avaliadas no momento oportuno. Reforçou que, naquele contexto, os serviços haviam elaborado a proposta com base na solicitação feita pelo clube.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Esclareceu que o clube havia solicitado o sábado à tarde e o dia inteiro de domingo, sendo uma exigência, uma vez que, caso não fosse aprovado, o clube deixaria de poder realizar jogos no Campo da Bela Vista. Informou que iriam reunir com a instituição e que poderiam levantar a questão, verificando posteriormente se a entidade concordaria ou não com a proposta. Enfatizou que era direito de qualquer vereador propor alterações à proposta apresentada.

Sr. Presidente – Afirmou que a proposta seria colocada à votação, uma vez que, caso contrário, poderiam estar a penalizar o próprio clube ao arrastar o processo.

Intervenção inaudível

Sr. Presidente – Afirmou que estavam a discutir a cedência de lugares a um clube que havia feito o pedido. Ressaltou que, certamente, os lugares existentes eram destinados à população residente na área envolvente. No entanto, explicou que, caso o clube estivesse a solicitar apenas aqueles lugares, a Câmara corresponderia à expectativa do clube.

Intervenção inaudível

Sr. Presidente – Afirmou que o clube havia feito um determinado pedido, o qual foi avaliado pelos serviços, que deram resposta a essa solicitação.

Intervenção inaudível

Sr. Presidente – Afirmou que não se tratava de uma questão de proposta, mas de avaliar o que havia sido solicitado à Câmara. Ressaltou que criar problemas desnecessários não seria produtivo. Caso fosse necessário realizar alguma alteração, garantiu que os serviços avaliariam a situação e tomariam as providências necessárias no momento oportuno.

Sra. vereadora Rita Carvalho – Afirmou que a proposta correspondia exatamente ao pedido e aos requisitos do clube, para que pudesse cumprir as exigências da distrital, sendo sobre essa proposta que se deveria pronunciar. Reforçou, tal como o senhor Presidente já havia mencionado, que, caso houvesse mais lugares disponíveis, mais lugares seriam de interesse. Destacou que a área em questão era predominantemente residencial, situada junto a um equipamento com grande procura, o Hospital de São Bernardo, que, para a sua ampliação, eliminou todos os lugares de estacionamento. Enfatizou que a cidade se construía sobre equilíbrios e que a concessão proposta visava justamente manter esses equilíbrios,

salvaguardando, ao mesmo tempo, os outros utilizadores do território. Concluiu que, caso o clube viesse a informar sobre a necessidade de mais lugares para cumprir determinados requisitos, seria elaborada a respetiva proposta.

Sr. Presidente – Afirmou que a proposta seria votada tal como se encontrava, em conformidade com o que havia sido solicitado à Câmara Municipal. Acrescentou que estariam sempre a tempo de proceder a atualizações futuras, ponderando as questões que viessem a ser colocadas.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 111/2025 – Proposta n.º 47/2025 – DURB/GAPGPA – Projeto de Regulamento Municipal de Gestão das Atividades nas Zonas Balneares de Setúbal

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 60 a 62.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Informou que no anexo 1, referente ao relatório de ponderação, disse que existia um erro que merecia a sua correção, onde se lia “16 de novembro”, deveria ler-se “16 de dezembro”.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 112/2025 – Proposta n.º 48/2025 – DURB/GAPGPA – Renovação de protocolo e de atribuição de apoio financeiro para o projeto na área das Acessibilidades nas praias de Albarquel e Figueirinha – Projeto “Praias de Setúbal para Todos” 2025

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 63 a 65, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 113/2025 – Proposta n.º 17/2025 – DURB/DAF/DICONT/SERGEPI – Hasta pública para alienação de prédio urbano, sito em Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 3, da União de Freguesias de Setúbal - RETIRADA

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 66 a 68.

Sr. Vereador Paulo Calado – Propôs a retirada da proposta, a fim de permitir uma análise mais aprofundada.

Sra. Vereadora Rita Carvalho - Afirmou desconhecer as motivações para a proposta de retirada, tendo procurado, na apresentação sumária, que essas motivações fossem devidamente expressas. Admitiu, no entanto, que a decisão pudesse estar relacionada com o valor da avaliação do imóvel. Sublinhou que, tratando-se de uma proposta sujeita a apreciação em Assembleia Municipal, a não votação naquela sessão implicaria o seu

adiamento até uma nova reunião da Assembleia. Acrescentou ainda que poderia apresentar algumas justificações relativas à redução do valor da avaliação do imóvel, caso essa necessidade de esclarecimento contribuísse para viabilizar a votação da proposta naquela reunião.

Sr. Vereador Paulo Calado – Afirmou que a sua bancada necessitava de realizar uma análise mais aprofundada da proposta, tendo em consideração o histórico de todas as propostas anteriormente apreciadas em reunião de câmara. Acrescentou que, caso tal não fosse possível, votaria contra a proposta.

Sr. Vereador Joel Marques – Declarou que a posição da sua bancada relativamente à proposta era idêntica à que assumira em todas as propostas anteriores de hasta pública referentes ao mesmo imóvel, sendo contrária à sua alienação. Não se opunham, contudo, à retirada da proposta, a fim de permitir uma melhor apreciação por parte dos vereadores do PSD. Afirmou que a sua bancada defendia que aquele imóvel se mantivesse na posse da Câmara Municipal de Setúbal, salientando que a tentativa de venda se arrastava desde o mandato anterior. Reiterou que, na sua perspetiva, a proposta deveria ser retirada e não deveria regressar para apreciação. Ainda assim, reiterou não se opor à sua retirada para melhor análise pelos vereadores do PSD.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Referiu que, face ao entendimento manifestado, seria preferível que a proposta fosse retirada do que reprovada automaticamente. Recordou que o senhor Vereador Fernando José mencionara que a Câmara Municipal de Setúbal possuía diversos imóveis e património em estado de abandono, expressando preocupação de que todas as propostas apresentadas caíssem em saco roto. Sublinhou que naquela proposta estava refletido o entendimento do Partido Socialista, que continuava a insistir na afetação de um equipamento que já existia, com as mesmas funções que estavam a ser propostas para aquele território. Concluiu que, sendo a proposta retirada, a discussão deveria ser adiada para uma futura reunião.

Sr. Vereador Joel Marques – Afirmou que a intervenção da senhora Vereadora Rita Carvalho merecia réplica. Referiu que existia uma diferença entre ter património e ter património ao abandono, sendo essa diferença precisamente a palavra "*abandono*". Considerou que, infelizmente, o património que o município tinha vindo a adquirir - como era o caso da Praça de Touros, do IMAPARK e de outros imóveis adquiridos ao longo dos anos - encontrava-se abandonado, sem projetos e sem ideias para a sua utilização. Esclareceu que a sua bancada não criticava o facto de o município possuir património; pelo contrário, defendiam que o município devia ter património, desde que este estivesse ao serviço da população, dos setubalenses e do concelho. No entanto, frisou que não podiam aceitar que fossem investidos milhões de euros em património que acabava por ficar abandonado e a degradar-se, apenas à espera das próximas eleições.

Sr. Presidente – Afirmou que aquela era uma forma de estar na política. Recordou que aquele património também tinha sido adquirido pela CDU e que, na altura, existia um projeto previsto para o local, tendo sido posteriormente reavaliado e considerado que já não seria o espaço adequado para o seu desenvolvimento. Sublinhou que se tratava de entendimentos políticos que deveriam ser respeitados por todos os senhores vereadores. Criticou o facto de se afirmar que se pretendia património para ser valorizado e não deixado ao abandono, mas, quando era apresentada uma proposta nesse sentido, se votasse contra. Considerou que tais entendimentos e acusações não contribuíam para a resolução dos problemas dos setubalenses, antes pelo contrário, criavam maiores dificuldades à gestão municipal. Reforçou que essas questões se resolviam através da posição assumida e do voto, e era precisamente disso que se tratava naquela reunião, sendo que cada um deveria assumir as suas responsabilidades.

22. Deliberação n.º 114/2025 – Proposta n.º 01/2025 – GAVPS – Voto de Repúdio

O Sr. Vereador Ferrando José apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 69.

Sr. Presidente – Referiu que os eleitos da CDU aceitaram a proposta do Partido Socialista de integrar o voto na ordem de trabalhos, mesmo após a sua divulgação, por considerarem que os acontecimentos verificados na Assembleia da República constituíam motivo de indignação para qualquer cidadão que se pautasse por uma postura de respeito pelos valores da liberdade e da democracia, bem como pelo respeito por todos os cidadãos, fossem ou não deputados. Contudo, sublinhou que, na perspetiva da sua bancada, deveria ser a própria Assembleia da República a encontrar os mecanismos necessários para resolver tais problemas, de forma a evitar que os cidadãos portugueses se sentissem envergonhados perante comportamentos ou manifestações daquela natureza.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Adriano – Referiu que, no Bairro Humberto Delgado, não existia qualquer ação de limpeza por parte dos serviços camarários. Informou que a coletividade Francisco Lobo se encontrava ao abandono há mais de 20 anos, sendo atualmente um local onde se acumulava lixo e proliferavam insetos e roedores. Denunciou que, naquele bairro, havia situações em que cidadãos de etnia cigana ocupavam os apartamentos de pessoas falecidas e que viaturas roubadas eram frequentemente abandonadas na via pública. Considerou que o Bairro Humberto Delgado se encontrava em pior estado do que o Bairro da Bela Vista, sendo um bairro totalmente esquecido.

Manifestou grande indignação pela ausência de limpeza, referindo que os ramais de esgotos estavam danificados, a recolha de lixo não obedecia a um horário regular e os contentores permaneciam constantemente cheios, situação que contribuía para a proliferação de roedores e outros animais. Alertou ainda para a presença frequente de indivíduos consumidores de substâncias ilícitas e lamentou a inação das autoridades policiais, referindo que muitos moradores temiam sair à rua. Solicitou que os serviços da Câmara Municipal realizassem uma visita ao local. Informou, por fim, ter solicitado uma reunião à Segurança Social.

Referiu que os moradores daquela zona se sentiam ignorados, não tendo quem os representasse ou defendesse. Indicou que os edifícios não dispunham de administração de condomínio e que, entre a Rua Dr. Luís Macedo e Castro e a Rua Central de Peões, residiam cerca de três mil pessoas. Informou que, em momento anterior, havia solicitado ao então Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião, Nuno Costa, a colocação de pinos para ordenamento do espaço público, mas até à data nada tinha sido concretizado.

Acrescentou que a entidade proprietária das habitações não demonstrava interesse na sua manutenção, permitindo a sua progressiva degradação. Sublinhou que, apesar de os moradores daquela área terem passado por diversas dificuldades e de terem



lutado por melhores condições, atualmente continuavam a viver em situação de indignidade.

Sr. Presidente – Agradeceu a presença do senhor Adriano e informou que ele seria contactado pelos vereadores responsáveis pelas áreas mencionadas durante a reunião, com o objetivo de poder estar presente no dia em que fosse realizada a visita ao bairro, a fim de realizar o levantamento das questões apontadas.

Sr. Adriano – Questionou o senhor Presidente se a sede da Associação Francisco Lobo, que se encontrava inativa há 25 anos, estava a ser utilizada como espaço onde os sem-abrigo se podiam drogar, mesmo com a presença de crianças nas imediações. Informou que haviam votado no senhor Nuno Costa, da CDU, para Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião, mas que ele já não ocupava o cargo, sendo substituído por outra pessoa, da qual não tinham conhecimento e que desconhecia essa situação.


Sr. Presidente – Informou que os vereadores iriam contatar o senhor Adriano para agendar uma visita ao local.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, O Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito e quarenta e três minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Sr. Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 07 de maio de 2025, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 23 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Aldora Poeira
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio

